

A desumanização na poesia de Alex Polari

Dehumanization in Alex Polari's poetry

Valéria Goldner Anchesqui

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES – Vitória – Espírito Santo – Brasil

Nelson Martinelli Filho

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES – Vitória – Espírito Santo – Brasil

Resumo: O artigo tem por finalidade apresentar uma análise dos vestígios da desumanização presentes nos poemas “Recordações do Paraíso” e “Zoológico Humano”, do poeta e ex-presos político Alex Polari, inseridos no livro *Inventário de cicatrizes* (1978), à luz da teoria da literatura de testemunho. Para isso, é realizada uma contextualização da produção literária no período da ditadura militar brasileira, além de uma análise da transposição dos efeitos da despersonalização, à qual o poeta encarcerado era submetido, para a linguagem poética. No que se refere à teoria da literatura de testemunho, poesia e desumanização no contexto da ditadura militar, e sendo uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, este trabalho parte das considerações de autores e estudiosos como Judith Butler, Jaime Ginzburg, Márcio Seligmann-Silva, Maria Rita Kehl, Paul Ricoeur, Wilberth Salgueiro, entre outros. Por fim, espera-se contribuir para a transmissão da memória do autoritarismo impetrado pelo regime militar nas prisões de presos políticos, viabilizando uma maior atenção ao testemunho por meio da poesia como forma de reflexão sobre a história da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Literatura de testemunho. Poesia brasileira. Alex Polari. Desumanização. Ditadura militar.

Abstract: The purpose of this article is to present an analysis of the traces of dehumanization present in the poems “Recordações do Paraíso” and “Zoológico Humano”, by the poet and former political prisoner Alex Polari, inserted in the book *Inventário de cicatrizes* (1978), in the light of the theory testimonial literature. For this, a contextualization of literary production in the period of the Brazilian military dictatorship is carried out, in addition to an analysis of the transposition of the effects of depersonalization, to which the imprisoned poet was subjected, to poetic language. With regard to the theory of testimonial literature, poetry and dehumanization in the context of the military dictatorship, and being a qualitative bibliographical research, this work is based on the considerations of authors and scholars, such as Jaime Ginzburg, Maria Rita Kehl, Márcio Seligmann-Silva, Wilberth Salgueiro, Paul Ricoeur, among others. Finally, it is expected to contribute to the transmission of the memory of authoritarianism filed by the military regime in the prisons of political prisoners, enabling greater attention to testimony through poetry as a form of reflection on the history of Brazilian society.

Keywords: Testimony Literature. Brazilian poetry. Alex Polari. Dehumanization. Military dictatorship.

1 Introdução

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), muitas foram as formas de manifestação e protesto com relação às atrocidades cometidas contra os opositores ao regime. Além da restrição à liberdade e da censura, havia uma forte repressão sobre aqueles que lutavam pela garantia dos direitos civis e sociais. Pelos registros que se conservaram até o presente, sabemos que muitos foram presos e torturados, submetidos à tortura “legitimada”, ou seja, sob custódia do Estado, através das Forças Armadas do Brasil, além de tantos outros assassinados por razões políticas e ideológicas.

Nesse contexto, diferentes maneiras de testemunhar a violência e se opor às práticas autoritárias foram utilizadas, sendo uma delas a produção de poesia por parte do grupo de presos políticos, menos conhecida e estudada que outros registros testemunhais. No entanto, além de denunciar os horrores do período, o processo de escrita parte também da necessidade de expressão do sujeito aprisionado, isto é, escrever simbolizava um ato de resistência física, política e psíquica. Assim sendo, no que diz respeito às noções de literatura de testemunho, poesia e desumanização no contexto da ditadura militar, este trabalho parte das considerações de autores e estudiosos do tema, como Judith Butler, Jaime Ginzburg, Márcio Seligmann-Silva, Maria Rita Kehl, Paul Ricoeur, Wilberth Salgueiro, entre outros que se juntarão ao longo do texto. Por isso, a metodologia adotada para a produção deste artigo é a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, pois foram realizadas seleções, leituras, análises e interpretações de materiais já elaborados que dialogam com a temática.

No Brasil, após o golpe militar de 1964, as vítimas da tortura enfrentaram um processo de despersonalização pelas mãos dos agentes da barbárie, contribuindo para um apagamento e silenciamento do sujeito na história (KEHL, 2010). Atualmente, a dificuldade de acesso aos documentos desse período é decorrente da manipulação e até da obliteração que uma parcela dos registros oficiais sofreu, com o intuito de encobrir os crimes cometidos

pelos aparelhos do Estado. No entanto, parte significativa dessas histórias são preservadas e difundidas de modo alternativo, por meio de textos literários, por exemplo. Embora os gêneros em prosa sejam os que mais se destacam nesse contexto, a poesia também ocupa um lugar fundamental na elaboração do testemunho das vítimas, colaborando com a conservação e a perpetuação da memória daqueles que foram excluídos e silenciados.

A literatura, sendo uma das diversas formas de manifestação e elaboração da linguagem, tem se tornado cada vez mais um caminho alternativo de estudos e pesquisas sobre temas ligados à violência social. Enquanto arquivo da ditadura militar brasileira, a literatura pode colaborar com a exploração e o descobrimento dos rastros de um passado sombrio que enfrenta uma constante tentativa de apagamento. Essa “política de desmemória”, praticada pelo Estado também em períodos democráticos, é intencional e apresenta sérios riscos à democracia, pois ela almeja um esquecimento social e coletivo “forçado” do que foram os anos de chumbo, além de atuar como instrumento na supressão de vestígios de violência decorrentes dos conflitos de poder.

Em relação aos aspectos de impedimento e manipulação da memória social, na perspectiva de Paul Ricoeur (2007), há modalidades de esquecimento que se deslocam para a esfera dos abusos da memória, como obstáculos para a rememoração, constituindo o que o estudioso chama de “memória impedida” (2007, p. 452). Essa interdição é associada às restrições impostas, por exemplo, pelo trauma, pelos recalques e pelas lembranças encobridoras, como aquilo que se impõe como proibição ao acesso à memória. Outra modalidade de abuso da memória se dá como “memória manipulada” (2007, p. 455), como efeito das supressões, dos deslocamentos, das reconfigurações das narrativas de acordo com o seu caráter seletivo, que se apresenta no risco do “manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial” (RICOEUR, 2007, p. 455), uma vez que é impossível narrar integralmente o passado histórico. Ricoeur ainda se dedica à análise da anistia e sua relação com a memória, nomeando

essa terceira modalidade como “esquecimento comandado” (2007, p. 459), localizada na fronteira entre o esquecimento e o perdão. Na prática, trata-se de uma forma institucional de esquecimento jurídico.

Já no campo dos estudos literários tem ganhado espaço a teoria da literatura de testemunho, que vem sendo debatida a partir de textos cujos temas são associados à catástrofes do século XX e XXI, oriundas, principalmente, da violência de Estado. Portanto, é importante e necessária a discussão do testemunho literário, a fim de compreender a sua relevância para o debate crítico contemporâneo. Na tentativa de delinear algumas balizas para os estudos da literatura de testemunho, Wilberth Salgueiro (2012, p. 284) argumenta que “testemunha é a pessoa” e “testemunho é o relato”. Ele também esclarece que, num entendimento mais rigoroso – ainda que a noção de testemunho tenha se alargado nos últimos anos –, “a testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência [...]” (2012, p. 284), ou seja, um sobrevivente, embora tenha se ampliado nos últimos anos a abordagem de *testemunhos solidários*, isto é, daquele que não vivenciou a violência, mas se compromete com a transmissão do testemunho daqueles que são impedidos de falar. Alex Polari de Alverga é um sobrevivente da ditadura militar brasileira. Foi testemunha, produziu testemunho e testemunhou pelos outros. Seu testemunho assume o compromisso ético de testemunhar e resistir, para si e para quem foi impedido de contar a própria história.

Poeta e ex-presos político nordestino, de João Pessoa, Paraíba, Alex Polari teve publicado seu primeiro livro de poesia, *Inventário de cicatrizes*, em 1978. Na época, estava preso por sua ativa participação e militância política contra o regime militar brasileiro e permaneceu na prisão entre 1971 e 1980. Seu segundo livro, *Camarim de prisioneiro*, é de 1980. O autor participou da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que realizava ações armadas contra o regime militar e lutava pela libertação de presos políticos. Ele foi preso no Rio de Janeiro em 1971 por envolvimento direto em movimentos de guerrilha. Durante o período em que esteve encarcerado, Polari “contrabandeava” – para o lado de

fora das prisões por onde passou – os poemas que escrevia, denunciando os horrores vividos no cárcere e, de certo modo, a convivência do restante da população diante das situações de violação dos direitos humanos.

Na poesia de Polari manifestam-se de maneira forte e explícita as experiências do cárcere, da tortura e da violência. Seus poemas, dessa forma, carregam um caráter memorialístico – ou um *teor testemunhal* (2003, p. 47), termo proposto por Seligmann-Silva –, com claros vestígios e marcas da vida na prisão. Por meio da linguagem artística e poética, o poeta busca elaborar situações extremamente hostis à vida humana às quais foi submetido durante quase dez anos no sistema prisional. Ancorados em uma memória individual e coletiva, os poemas “Recordações do Paraíso” e “Zoológico Humano” demonstram essa experiência carcerária do autor, e serão eles os objetos de análise deste trabalho.

A princípio, vale destacar que o trabalho consiste na análise e na interpretação da desumanização no sentido mais inequívoco, isto é, aquela caracterizada pela negação de humanidade plena por meio da crueldade, do sofrimento e das condições indignas de vida para seres humanos. Na perspectiva de Judith Butler sobre as *vidas precárias* (2020), isso requer um *não reconhecimento* de uma vida como *vivível*, o que inviabiliza o processo de luto para determinadas pessoas – ou mesmo as condições mais básicas como abrigo, alimento, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir, proteção contra maus-tratos etc. (2020, p. 41) – e, por outro lado, viabiliza a tortura e a violência. A condição precária, nesse caso, passa a ser entendida como uma “condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção” (2020, p. 46-47).

Além disso, é importante salientar que desumanização e despersonalização não são necessariamente sinônimas, e nem que a despersonalização será interpretada aqui a partir de

uma perspectiva clínica e psíquica. A desumanização se manifesta como um sintoma das atrozidades condições sistematizadas pelas forças militares para a tortura dos presos, afetando diretamente o sujeito com severos impactos na noção de identidade. Cabe ressaltar, mais uma vez, a aterradora associação entre violência física e violência psíquica no cotidiano do cárcere político.

2 Literatura, testemunho e resistência

A partir do momento em que uma parte importante dos documentos oficiais ocultam a memória de um passado autoritário e violento do Brasil, a procura por esses vestígios é inevitavelmente voltada para as vítimas. Assim, o testemunho se torna fundamental para a explanação de parte das histórias que foram deliberadamente excluídas e silenciadas, tendo em vista que, enquanto mecanismo de preservação da memória, a escrita – sobretudo a literária – pode atuar como uma maneira alternativa de testemunho. Desse modo, Márcio Seligmann-Silva assinala que podemos atribuir a determinados textos um teor testemunhal (2003, p. 47), seja no sentido de testemunho de um terceiro ou de um sobrevivente. Em suma, a literatura de testemunho abrange, então, parte desses discursos vinculados especialmente a sujeitos que atravessaram, sob algum grau, a experiência traumática e coletiva de eventos cuja violência (de variadas formas) ultrapassa até mesmo a capacidade de simbolizar propriamente o horror, psíquica ou linguisticamente.

O texto testemunhal esbarra na dificuldade da própria linguagem ao não ser capaz de exprimir o relato da “experiência-limite” (KEHL, 2010, p. 131) em sua totalidade. É através da necessidade de representação do inenarrável que o testemunho pode ser visto como uma alternativa de compreensão do passado, porém, a partir dos excluídos, articulando, portanto, a condição de “dar um túmulo aos mortos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55), impedindo o apagamento simbólico daqueles que não sobreviveram ou não tiveram chances de testemunhar. O testemunho se torna, então, uma via de conservação de indícios que enfrentam constantes

ameaças de apagamento. Diante disso, e tomando como referência os termos de Ricoeur (2007), o testemunho pode atuar como uma ferramenta de resistência mediante as práticas contínuas de impedimento e manipulação da memória social.

Segundo Seligmann-Silva (2008, p. 74), “na América Latina, sobretudo desde os anos 1960, o conceito de testemunho adquiriu uma centralidade enorme no contexto da resistência às ditaduras que assolaram o continente”. No Brasil, isso não foi diferente. Por isso, aqui, os estudos sobre literatura de testemunho têm se dedicado aos relatos de experiências de origens carcerárias e ao autoritarismo do regime militar, pois muitas vezes esses materiais são colocados à margem e ignorados pela história oficial¹, o que de fato aconteceu com os arquivos e testemunhos das vítimas do regime militar brasileiro.

Tendo em vista que a poesia de testemunho, produzida por encarcerados, cumpre um papel de resistência e realiza um movimento que propõe a conservação do testemunho da violência sofrida pelo sobrevivente (SALGUEIRO, 2015), consequentemente ela colabora com a perpetuação da história daqueles que foram mortos e silenciados, criando condições de representabilidade dos que foram covardemente calados, entre as tantas vítimas do regime militar que foram excluídas dos registros oficiais.

No entanto, além de denunciar os horrores do período, o ato de registrar, de escrever, parte também da necessidade de o sujeito aprisionado de se expressar de alguma maneira, até como uma forma de não romper psiquicamente consigo mesmo e com os laços sociais – em casos como a já mencionada despersonalização ou outras formas de cisão do Eu –, a fim de evitar um trauma irreversível e na esperança de se manter vivo. Em “Tarefas poéticas”, um curto poema de *Camarim de prisioneiro*, Alex Polari reitera que essa escrita não pretendia cumprir um papel cosmético diante do horror para fugir da dura realidade: “Não se trata de embelezar a vida / trata-se

¹É necessário acrescentar que, no período democrático, alguns documentos oficiais buscaram expor a violência do período, como os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, por exemplo. Há também documentos e memoriais produzidos por assembleias legislativas, universidades e outros órgãos públicos.

de aprofundar o fosso” (POLARI, 1980, p. 41). Ainda na mesma obra o poeta revela:

Escrever nessas condições, mais que uma veleidade literária, era principalmente uma luta para continuar se expressando de alguma forma, sem nenhuma pretensão a mais que travar batalhas silenciosas e anônimas contra os carrascos. Cada poema que seguiu destino, foi contrabandeado ou burlou as revistas e transferências de prisão era uma pequena vitória. Uma vitória pequenina, desconhecida de todos, mas que assumia uma importância muito particular para mim: o direito de sentir, lembrar, ter ódio e seguir adiante (POLARI, 1980, p. 46-47).

A escrita, nesse sentido, ajudaria no processo de cicatrização das feridas, como forma de elaboração, mas sem ocultar a marca do traumático, do que se passou. Na produção de poemas, especialmente os de Alex Polari, a forma poética parece ser aquela que vai atender à demanda do sujeito de elaborar a experiência do cárcere. Nesse sentido, a literatura, como trabalho com a palavra, é uma via para a elaboração da experiência que esbarra nos limites da linguagem pela dor, pelo sofrimento e pelo trauma. É por isso que “estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar, e além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo” (GINZBURG, 2008, p. 6).

Em síntese, a literatura teve um papel fundamental entre as formas de resistência ao regime militar. Ela é uma via que pode oferecer elementos para se repensar a memória da ditadura, atendendo à necessidade de um resgate do trabalho com a memória, que não tem sido feito de maneira efetiva na esfera jurídica e política no Brasil, levando em consideração a quantidade significativa de militares torturadores que não foram julgados por seus crimes (KEHL, 2010).

3 A desumanização em “Recordações do Paraíso”

Um dos poemas escolhidos para a análise é “Recordações do paraíso” (POLARI, 1978, p. 11-14), o primeiro do livro *Inventário de cicatrizes*. Essa posição inicial da obra não ocorre por acaso. O poema elabora

um panorama da vida na prisão, detalhando o cotidiano do poeta em um ambiente degradante. Ele descreve a tensão psíquica, a rotina do sujeito submetido ao cárcere político, as incertezas, os medos, as curtas e ilusórias esperanças, além do processo de conflito de identidade enfrentado pelo sujeito. Polari apresenta um inventário do que há na cela e de como se sente no seu interior. O poema parte de um drama pessoal, mas também representa a história de uma sensível dor coletiva:

RECORDAÇÕES DO PARAÍSO

1

Objetos pequeninos
da cela
corneta que toca
crepúsculo que cala
Objetos pequeninos
da cela
caneta que escreve
coração que arranha
Abjetos sentimentos
na cama
Manta que cobre
medo que desnuda

2

Hora do rancho
a bandeja passa
na grade
o rádio toca no bolso
do sentinela calado
ao lado do fôssio
onde devem ficar
os cadáveres.

4

Eu não me lembrava
do meu antigo rosto
até olhar na privada
e cuspir nele.
Não, não pode ter sido
a mesma face,
não me olhe assim, não tenho culpa.

6

Sinto que ainda amo alguma coisa
uma propriedade esquisita qualquer
perturba acreditar
alguma coisa justifique
resistir.
Amanhã no interrogatório
não sei como estará o ânimo
mas talvez me mostrem
um retrato dela.

9

É possível que não me matem
hoje cheguei a me convencer disso
afinal, meu sogro é da marinha tenho
apenas vinte anos
e um certo ar sensível
sem os óculos.
Pesquisei na comida minhas
chances. Quando ela melhora não
acredito que eles vão me matar
pelo menos enquanto durar
essas batatas fritas

10

Inquérito.
Muito general estrelado
comida de oficial
vista da Praça da República.
Eles encenavam ter pena de mim
e perguntaram minha idade.
Eu disse: 200 anos.

11

Algumas marcas desaparecem
outras ficam por uns tempos
aquele gosto
aquele cheiro
aqueles gritos
estes permanecem
calados lá dentro
colados numa memória essencial
sem intervalos possíveis,
vale dizer, definitivos.

12

Hoje à noite
os gritos foram mais altos.
À minha esquerda
está o Gaúcho
depois o cara que assobia
Ângela foi retirada ontem
à minha direita
Stuart já morreu
Ronaldo e Juxa
estão mais no fim
e no fundo do corredor
o motorista da CTC
que eles quebraram a mão
chora.
De quem serão os gritos hoje?

13

Esse silêncio enlouquece
se houvesse mais alguém
seria mais fácil
Hoje veio o médico
falou pro coronel
que ainda dá prá bater
nas minhas costas.

14

A roupa que eu vesti hoje
para cobrir um ponto frio
não era a minha e podia ser
a de alguém assassinado.
A camisa tinha sangue
coagulado, um cheiro estranho de
súplica.

15

Andar após as refeições
dá esperanças
olhar para os dizeres das paredes
me angustia:
"Celso" "Injustiça" "Desamor".
Por coincidência esse cara eu conheci
caiu com uma Kombi
morreu aqui em dezembro de 70
durante o sequestro.
(POLARI, 1978, p. 11-14)

Por meio de uma linguagem crua, coloquial e direta (apesar do forte conteúdo), de versos relativamente curtos, livres e estrofes de tamanhos variados (101 versos divididos em 11 estrofes), algumas mais longas e outras mais breves – o que dá ao poema ritmos distintos no seu decorrer –, a forma, em especial pela fragmentação do que se descreve, se remete às rupturas com as expectativas na maneira com que o sujeito lírico expõe a experiência. Isso sinaliza que o poeta se preocupa primordialmente com questões éticas antes de estéticas. Wilberth Salgueiro (2012), sendo um significativo pesquisador da poesia de Polari, menciona que "Alex Polari explicita seu desprezo por considerações de ordem estética, localizando todo valor de seus escritos à dimensão política que portam" (2012, p. 295), o que é configurado como um dos critérios para um texto ser analisado a partir da literatura de testemunho, tomando como referência critérios estabelecidos pelo mesmo pesquisador.

As estrofes do poema são enumeradas de 1 a 15, mas percebe-se um certo desordenamento em algumas partes, como na passagem da estrofe de número 2 para a de número 4, da 4 para a 6 e da 6 para a 9, o que faz com que o poema tenha um total de onze estrofes, ocupando quatro páginas do livro. Uma possível primeira hipótese poderia supor que alguns trechos do poema teriam sido perdidos, dada a precária condição de produção, conservação e transmissão da escrita no contexto do cárcere. Nos depoimentos e textos, é comum a explicação, entre os que passaram pela prisão durante a ditadura militar, sobre a dificuldade de se obterem materiais como caneta e papel – recebidos, na maioria das vezes, às escondidas durante as visitas –, bem como a tarefa de "contrabandear" os textos para fora da prisão, como descreve Polari em citação de *Camarim de prisioneiro* já mencionada anteriormente (POLARI, 1980, p. 46-47). Por outro lado, essa ausência pode ser intencional, como numa tentativa de demonstrar a fragmentação da escrita, da memória, ou até do

próprio sujeito, sua não linearidade e incompletude do corpo e da mente, resultantes do processo de precarização da vida.

O título do poema chama a atenção. Etimologicamente, a palavra “recordar” vem do latim *recordare*, que significa lembrar-se, trazer à memória, reviver mentalmente um acontecimento. Já em “paraíso” é notável a presença de ironia, porque não se trata de um paraíso, e sim de um inferno. Segundo o portal Memórias da Ditadura², o próprio Polari revela que “paraíso” era utilizado como nome-código do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), um dos locais onde esteve preso. Além do mais, a ironia, o humor, o sarcasmo, o deboche e até em certos momentos o eufemismo são algumas características que marcam a poética de Polari.

No poema em questão, esses recursos linguísticos põem em relevo a gravidade e o absurdo da situação na qual o poeta se encontrava, encarcerado e torturado, ao ponto de manifestar um certo incômodo no leitor. É o que ocorre nos versos da estrofe 2. No trecho, o poeta parece normalizar o ambiente e o que se passa ali. De maneira sutil, ele expõe a situação, suavizando-a, como se estivesse conformado. Aliás, esse é um ponto forte na poética de Polari: a exposição da barbárie como parte do cotidiano na prisão, o que pode produzir um efeito inquietante na leitura. Os cadáveres aos quais ele se refere são os corpos dos assassinados nas sessões de tortura. Desse modo, para além das condições sanitárias que poriam a vida em risco, o próprio preso passa a ser enxergado sem vida, ocupando o mesmo espaço que os mortos. Aqui notamos uma dupla precarização, para retomar o termo de Judith Butler: tanto os cadáveres ao lado da cela, não merecedores do luto, quanto o próprio poeta sinalizam o

enquadramento (um *frame*, como prefere Butler), resultante de determinadas práticas e condições sociais manipuladas por um poder, de vidas *não vivíveis*.

Há outros trechos do poema em que o poeta descreve o ambiente ao seu redor. Na primeira estrofe, por exemplo, ele faz uma descrição interna de sua cela. A descrição se faz fragmentária, como se fosse uma espécie de primeiras fotografias (ou, novamente, *frames*) da cela na memória do sujeito, no início de sua prisão. Trata-se de um homem sobrevivendo em um espaço extremamente pequeno e limitado. Logo, ele também caracteriza os objetos da cela como “pequeninos”. O uso e a repetição desse adjetivo nos dois versos – “Objetos pequeninos / da cela” (POLARI, 1978, p. 11) – parecem encenar o início de um processo de despersonalização, porque o diminutivo, nesse caso, evidencia um estado mental crítico do sujeito, como efeito da tortura, decorrente da desumanização.

Já os versos “Abjetos sentimentos / na cama / Manta que cobre / medo que desnuda” (POLARI, 1978, p. 11) remontam à constante sensação de medo (da tortura, da morte) – sinalize-se, aqui, a repetição do fonema /m/ em cada verso (sentimentos, cama, manta, medo), bem como o recurso de repetição da estrutura dos dois últimos versos (“Manta que cobre / medo que desnuda”) ao mesmo tempo em que opera uma inversão entre *encobrir* e *desnudar*, modulados pelo par manta/medo. A manta cobre o corpo, mas o medo remove essa camada de proteção, mesmo que se trate de uma proteção simbólica, apenas como algo que o cobre, mas não o protege da tortura, da violência, da precariedade. O medo o deixa nu, indefeso, à mercê dos algozes. Além do medo, entre os “abjetos sentimentos”, como angústia e desesperança, seu sentimento é difuso entre a vida e a morte.

Celso Ramos Figueiredo Filho, em seu artigo “Nos porões da ditadura: psicanálise da tortura aos presos políticos pós-64”, explora os motivos que levavam o Exército a cometer crimes de tortura. A hipótese é de que havia uma certa coesão grupal através dos mecanismos psíquicos da identificação

² O portal Memórias da Ditadura foi criado e produzido em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as áreas de Educação em Direitos Humanos e Memória Verdade e Justiça do Instituto Vladimir Herzog. O portal atua com o objetivo de divulgar a história do Brasil no período da ditadura militar, visando em especial o público jovem que tem menos referências sobre o período marcado pela tortura, censura, repressão e por outras restrições à liberdade e à democracia.

propostos por Freud. Nesse sentido, em relação à desumanização à qual os presos políticos eram submetidos, o estudioso expõe:

Nesse cenário, a vítima desse “puro fazer” era totalmente despojada da sua humanidade, transformada em mero objeto de gozo. Por isso a violência era praticada de forma indistinta, podendo vitimar tanto um criminoso comum quanto a um guerrilheiro comunista. O importante era a manutenção da montagem (FIGUEIREDO FILHO, 2009, p. 69).

Havia uma “fetichização” da dor e do sofrimento por parte dos algozes, como se observa em alguns dos poemas de *Inventário de cicatrizes*, especialmente em “Trilogia macabra”, um dos mais conhecidos do poeta. A estratégia da desumanização para atingir a despersonalização do sujeito não se dava unicamente pela tortura física, mas também pela psíquica. Há, nesse poema e em outros de Polari, fortes marcas dessa tensão interna, decorrente da tortura, que evidenciam o sofrimento psíquico do sujeito.

As primeiras constatações dos efeitos da despersonalização, que a estrutura da prisão (o ambiente, as torturas etc.) realiza sobre o sujeito, aparecem a partir da estrofe 3 (de número 4): “Eu não me lembrava / do meu antigo rosto / até olhar na privada / e cuspir nele. / Não, não pode ter sido / a mesma face, / não me olhe assim, não tenho culpa” (POLARI, 1978, p. 11). O sujeito poético se culpa pela situação que enfrenta, já não se reconhece mais, cospe na privada quando vê o seu reflexo, não quer visualizar a sua face violada pela dor. Isso revela um estado de atordoamento e desorientação psíquica que beira à insanidade. Envergonhado, o sujeito tenta se convencer de que não é o culpado pelo seu tormento, ao mesmo tempo em que coloca o leitor (como acusador? como cúmplice de um *não reconhecimento* da sua vida como vivível?) diante da cena apresentada. Mais uma vez, vale frisar que esse comportamento é consequência da tortura, da vida no cárcere, com o intuito de causar sentimento de culpa na vítima, não reconhecendo a própria condição de precariedade. Durante o regime militar, a dissociação de identidade, decorrente do processo de

desumanização, era uma estratégia proposital com a finalidade de apagar e silenciar o sujeito na história, restringindo uma memória individual e, conseqüentemente, social e coletiva.

Os versos “perturba acreditar / alguma coisa justifique / resistir” (POLARI, 1978, p. 12), da estrofe 4 (número 6), apontam para um sujeito lírico completamente desiludido. Para ele, é difícil e perturbador tentar encontrar alguma motivação que justifique a sua resistência. Assim como já exposto acima, a intenção dos militares era justamente causar essas sensações, para transformar o sujeito em uma coisa, em um objeto manuseável, para poder torturá-lo livremente, o que também contribui para um certo *alívio psíquico* de torturar algo não humano, com o qual não é possível se identificar como sujeito, não reconhecer como vida viva e vulnerável. Ao final da estrofe, o poeta acrescenta que, talvez, no interrogatório do dia seguinte, mostrem-lhe “um retrato dela” (POLARI, 1978, p. 12). Em outros poemas do livro, costumeiramente o poeta menciona essa relação passional tanto com a militância quanto com sua amada. Aqui, especificamente, trata-se de uma estratégia dos militares para a prática de tortura psicológica: a ruptura com os laços sociais – sanguíneos, amorosos, fraternais etc. – e, em última instância o isolamento total do preso nas solitárias, sem contato com o mundo exterior, restando a sobrevivência no mundo interior.

Em alguns momentos, o sujeito tenta se apegar a alguma coisa que o faça acreditar que não será morto. Na estrofe 5 (número 9), ele acredita que não será assassinado porque seu sogro é da marinha. Aparentemente, por questões relativas à sua posição social e familiar, ele não seria completamente apagado, isto é, algo da sua identidade se manteria por esse fator, e isso era uma esperança de continuar vivo (diferentemente do que aconteceu com tantos outros anônimos na época). A identidade do poeta, então, deveria ser preservada por esse motivo. Na expectativa de não ser cruelmente assassinado, o sujeito pesquisa na comida da prisão as suas chances de sobrevivência: “Quando ela melhora não acredito / que eles vão me matar” (POLARI, 1978, p. 12). Se

retomarmos as considerações de Butler (2020, p. 23) sobre o *enquadramento* (em tradução de *framed*), notamos que as pequenas variações percebidas pelo preso, que alteravam algo do *quadro*, indicavam o reconhecimento ou não da precariedade de sua vida – ou até mesmo se sua vida era considerada vivível.

Outros prisioneiros do “paraíso”, também militantes, não sobreviveram para elaborar a história e testemunhar suas experiências. A voz poética se dá como testemunho de si, mas também daqueles que padecem de algo semelhante, como acontece na estrofe 8 (número 12). Polari menciona nomes de alguns desses companheiros de luta e do cárcere, alguns ainda vivos (na época da produção do poema), resistindo, outros não, e se refere a um deles como “o cara que assobia” (POLARI, 1978, p. 13). Essa ausência de nome, referindo-se a uma pessoa apenas como “o cara” e sua função, “que assobia”, também denota, de certa forma, um extravio de identidade – não provocado pelo poeta, mas sim pelo regime –, evidenciando que outros presos ali também sofriam os efeitos da despersonalização. Problema semelhante é relatado no poema “12.207” (POLARI, 1978, p. 23), no qual o poeta descreve os períodos iniciais de sua prisão e revela que passou a ser designado por um número, como uma espécie de código, 12.207 (“Ganhei um número de registro / e por um instante / perdi as esperanças”), tendo, portanto, um importante símbolo de identificação completamente apagado, o seu nome. Essa atitude também revela uma tentativa de aniquilação do sujeito.

Ainda na estrofe 8, os rastros da violência e da tortura física são bastante explícitos, principalmente quando o poeta relata que um motorista teve a mão quebrada pelos algozes e finaliza a estrofe questionando: “De quem serão os gritos hoje?” (POLARI, 1978, p. 13). Outros reflexos de dilaceração do sujeito também são identificados na estrofe 10 (número 14), na qual o poeta expõe uma situação angustiante. Ele descreve que as vestes que estava usando não eram suas, havia manchas de sangue coagulado, além de “um cheiro estranho de súplica” (POLARI, 1978, p. 14), e que por isso poderia ser a roupa de alguém assassinado, sinal de que as

condições de vida ali (higiênicas e sanitárias) eram as mais precárias possíveis – não que essa precariedade não fosse intencional, mas sim inerente ao *modus operandi* do sistema de tortura instaurado nos órgãos militares.

Com isso, e em relação a toda essa tortura praticada durante a ditadura e suas consequências físicas e psicológicas devastadoras para o sujeito, Maria Rita Kehl (2010) discorre que:

Um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito, transformado em objeto nas mãos poderosas do outro – seja o Estado ou o criminoso comum. A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro *separa o corpo e o sujeito*. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo, pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que *ele quer ouvir*, e não a que o sujeito teria a dizer. Resta ao sujeito preso ao corpo que sofre nas mãos do outro o silêncio, como última forma do domínio de si, até o limite da morte. E resta o grito involuntário, o urro de dor que o senso comum chama de “animalesco” (KEHL, 2010, p. 130-131).

A psicanalista ainda ressalta que “desumanizar” não significa necessariamente “animalizar” o sujeito (KEHL, 2010). O sujeito desumanizado não é visto ou tratado como animal, por isso o termo “animalesco” não é adequado. Na verdade, ele é objetificado, isto é, visto simplesmente como um objeto qualquer, uma “não-pessoa” sem qualquer tipo de controle ou poder sobre o próprio corpo, ficando à disposição da autossatisfação de um algoz. Isso é nítido em um verso da estrofe 9 (número 13), que retrata um momento delicado, como se o corpo fosse naturalmente suscetível à tortura, sinalizando uma perda total do domínio de si: “Hoje veio o médico / falou pro coronel / que ainda dá prá bater / nas minhas costas” (POLARI, 1978, p. 13). Kehl acrescenta ainda que, se a tortura é uma característica da espécie humana, ela não deveria ser considerada

desumana, isto é, a propriedade de *gozar* com a dor do outro faz parte das relações sociais estabelecidas.

No artigo intitulado “A tortura como impossibilidade da política”, publicado originalmente em 1987, Marilena Chauí (*Sobre a violência*, 2017) observa que “a marca fundamental da situação de tortura é a desumanização dos participantes”, já que o torturador se coloca acima da condição humana, como se fosse um deus, e o torturado é posto na posição de uma não-pessoa: “o suplício é a dor e a humilhação com a finalidade de produzir desumanização” (2017, p. 133). Mas a autora vê nisso um paradoxo: ao mesmo tempo em que a realização cabal da violência reduz o sujeito “à condição de coisa”, “o que o torturador deseja da ‘coisa’ é que ela atue como ‘gente’: uma coisa é inerte, passiva e silenciosa, mas o torturador deseja que a ‘coisa’ sofra, grite, confesse, fale” (2017, p. 133-134). Em outras palavras, de acordo com Chauí, espera-se da vítima que, ao mesmo tempo em que é degradada à condição de coisa, “permaneça como gente para que reconheça no torturador um outro humano, pois, se esse reconhecimento não existir, não pode haver confissão, não pode haver capitulação, portanto, não pode haver admissão do poder do torturador” (2017, p. 134).

O intuito desse processo brutal era também justificar a submissão do sujeito àquela situação de horror, na tentativa de normalizar a violência. Além disso, Kehl (2010) menciona também que o esquecimento dessa tortura praticada durante o regime militar produz, ainda hoje, a naturalização da violência como grave sintoma social³ no Brasil. Na atualidade, nem todos os mecanismos autoritários foram extintos com o fim da ditadura. Certa parcela da população, em especial a periférica, nunca deixou de perceber a violência militar. Nesse sentido, a tortura

ainda se produz como violência de Estado mesmo em tempos democráticos.

O sujeito poético relata na estrofe 6 (número 10) que perguntaram a sua idade, aqui lido como possível indício de que mantinha a expectativa de que continuassem o enxergando como pessoa e ansiava por um sinal de compaixão por parte dos generais. Porém, ele não crê na bondade dos oficiais. No verso “Eles encenavam ter pena de mim” (POLARI, 1978, p. 12), a palavra “encenavam” parece ser usada justamente porque o sujeito tinha plena consciência de que aquilo era, de fato, uma “encenação”, podendo afetar psiquicamente o preso.

Na última estrofe do poema, mais uma vez o sujeito lírico retorna à descrição do ambiente. Para ele, lembrar a morte de um companheiro através das inscrições nas paredes (e, claro, na própria memória) é angustiante: “Celso Injustiça Desamor” (POLARI, 1978, p. 14). De acordo com o portal Memórias da Ditadura, Celso Gilberto de Oliveira também foi integrante da VPR, militante e preso político. O motivo de sua prisão se deu pela sua participação no sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. O militante foi baleado e morto durante uma tentativa de fuga. Polari também foi preso pela mesma razão, pois participou do sequestro do embaixador alemão Holleben. Os militantes sequestraram embaixadores em troca da libertação de companheiros aprisionados pelo regime.

Por fim, o sofrimento em todo o poema parece algo insuportável. A tortura e o cárcere violam a dignidade humana, no entanto, o mais profundo da condição indigna talvez seja intraduzível em palavras, ocupando aquele espaço do indizível que se contorna em muitos dos poemas escritos no cárcere político. A dor física e moral se misturam, violentando os pensamentos na memória do sujeito.

4 A desumanização em “Zoológico Humano”

Os vestígios do processo desumanizador podem ser facilmente percebidos em praticamente toda a obra de Alex Polari, mas “Zoológico Humano” (POLARI, 1978, p. 41), a começar pelo seu título,

³ Para a psicanalista, sintoma social é uma expressão para se referir a “[...] sujeitos que sofrem e manifestam, singularmente, ou em grupo, os efeitos do desconhecimento da causa de seu sofrimento. O sintoma social se manifesta por meio de práticas e discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas singulares de cada um de seus agentes. Assim como ocorre quando o sintoma individual se torna crônico, sem tratamento, também o sintoma social tende a se agravar com o passar do tempo” (KEHL, 2010, p. 124).

talvez seja um dos poemas mais emblemáticos no que se refere à desumanização. Ao contrário do poema anterior, que soa mais pessoal e subjetivo, “Zoológico Humano” é elaborado em 3ª pessoa. O sujeito lírico deixa, de certa forma, a sua subjetividade de lado para abarcar e representar todo grupo mais amplo: os demais prisioneiros do regime militar.

ZOOLOGICO HUMANO

O que somos
é algo distante
do que fomos

ou pensamos ser.
Veja o mundo:
ele se move
sem nossa interferência
veja a vida:
ela prossegue
sem nossa licença
veja sua amiga:
ela se comove
por outros corpos
que não o seu.

Somos simplesmente
o que é mais fácil ser:
lembrança
sentimento fóssil
referência ética
apenas um belo ornamento
para a consciência dos outros.

A quem interessar possa:
Estamos abertos à visita pública
sábados e domingos
das 8 às 17 horas.

Favor não jogar amendoim.
(POLARI, 1978, p. 41)

A forma do texto acima assemelha-se ao poema anterior, não apresentando uma estrutura fixa. O poema é composto por estrofes e versos de diferentes tamanhos – 26 versos polimétricos distribuídos em 5 estrofes, com prevalência dos versos de 3, 4 e 5 sílabas nas duas primeiras estrofes. Apesar de não apresentar um esquema rimático fixo, em certos momentos são percebidas repetições sonoras, como em “O que somos” / “do que fomos” e “ele se move” / “ela se comove” (POLARI, 1978, p. 41). O poema se inicia num terceto, passando por uma estrofe irregular, depois uma sétima, um quarteto e, por fim, um monóstico que clama à atenção.

O poema expõe ao leitor a indiferença e a conivência de parte da população diante das situações de violação dos direitos humanos nas prisões. O sujeito poético descreve que, apesar de tudo, a vida social fora do cárcere parece seguir normalmente, com ou sem a presença de alguns na sociedade, com ou sem a tortura, representando toda a situação, de certa forma, como um simples fato do cotidiano. Percebe-se, então, que o gesto de desumanização, o não reconhecimento da precariedade da vida, é realizado até mesmo pelas pessoas de fora da prisão, como militantes, amigos e familiares, como é relatado nos versos “veja sua amiga: / ela se comove / por outros corpos / que não o seu” (POLARI, 1978, p. 41). Além disso, também é possível depreender dos versos uma crítica à ignorância e passividade da sociedade da época. O sujeito não “fala” apenas por si, mas sim por todo um grupo, escancarando a exclusão social de uma classe que era vista, costumeiramente, como animais ou “apenas um belo ornamento / para a consciência dos outros” (POLARI, 1978, p. 41).

Em todos os versos da terceira estrofe, o sujeito expõe a consciência da sua condição objetificada, e não só ele tem noção da sua condição, o restante da sociedade também tem. Os versos e as palavras “ornamento”, “lembrança / sentimento fóssil / referência ética” (POLARI, 1978, p. 41) evidenciam a sua visão de que ele e outros na mesma posição serviam apenas para amenizar a consciência das outras pessoas de fora da prisão, as que estavam gozando a liberdade, tornados apenas traços do passado, sem presente, ainda que esse passado sirva como referência para os demais – no momento em que, talvez, eram considerados vivos.

Os versos simbolizam a perda de domínio das vítimas, suas particularidades ficam à disposição de terceiros. Assim, uns se aproveitam para torturar e fazer do corpo alheio o que bem entender (os torturadores), outros ignoram os fatos, outros até lembram, mas preferem não agir. Não é o foco do poema explicitar a violência física ocasionada pela repressão estatal e suas consequências, mas sim representar a violência simbólica, no sentido de

expressar a exclusão e o apagamento do sujeito e tudo o que ele representa.

Em “Zoológico Humano”, o testemunho poético de Polari cria condições para que as vozes silenciadas possam se expressar, assumindo um compromisso de representabilidade de quem não pôde falar, de quem teve seu direito de expressão, artístico ou não, arrancado de si. A poesia concede a chance de dar visibilidade aos censurados e apagados pelo regime totalitário. O poema busca elaborar o grito dos injustiçados, contribuindo com a conservação da memória dos perseguidos pela ditadura. Assim como o poema analisado anteriormente, por meio de um drama e uma experiência pessoal, o poeta busca representar a história de uma grande dor coletiva.

O título “Zoológico Humano” também é curioso e irônico, do mesmo modo que em “Recordações do Paraíso”. Como já mencionado anteriormente, a ironia e o sarcasmo são alguns dos recursos que particularizam a poética de Polari. No poema em questão, isso não é muito diferente. Zoológicos são espaços onde se criam animais de várias espécies destinados à exposição pública. Porém, o zoológico humano de Polari não se trata de um zoológico tradicional, ele se refere à prisão, ao cárcere, mas não de animais, e sim de pessoas, humanos. Polari retrata a situação como se o ambiente prisional no qual está inserido fosse uma opção de espetáculo e entretenimento para a população: “Estamos abertos à visita pública” (POLARI, 1978, p. 41). O final do poema faz um convite para quem tiver interesse em visitar esse zoológico, caso ainda se lembre da existência dos encarcerados.

Em outros momentos do poema, é perceptível que o sujeito tem plena consciência do processo de desintegração ao qual foi designado e a transpõe para a linguagem literária a sua experiência. Para fazer jus ao título, as últimas estrofes do poema acrescentam: “A quem interessar possa: / Estamos abertos à visita pública / sábados e domingos / das 8 às 17 horas. / Favor não jogar amendoim” (POLARI, 1978, p. 41). Ironicamente, o sujeito se coloca e assume a sua condição animalesca, ou de alguma coisa qualquer,

sem importância, o que era um comportamento desejado pelos algozes e pelo regime, uma vez que fazia parte dos objetivos do processo aniquilador.

5 Considerações finais

Por mais difícil que seja compreender a complexidade dos processos de desumanização na história através da leitura e da análise dos poemas, é possível notar que o processo de precarização da vida causa efeitos de despersonalização no sujeito com o intuito de extraviar a sua identidade, apagando e silenciando a sua voz na história. O processo de dissociação de identidade de um sujeito contribui, conseqüentemente, para um apagamento e um silenciamento coletivo, nesse caso, o grupo das vítimas, sobreviventes ou não, da catástrofe histórica que foi a ditadura militar. Isso provoca, de maneira proposital, uma amnésia social “forçada” sobre esse momento obscuro da história do Brasil. Na importante antologia com poemas escritos por presos políticos intitulada *Poemas para exumar a história viva: um espectro ronda o Brasil* (2021), o professor e poeta Alberto Pucheu afirma:

Guardar essa memória, e com ela a fratura existente, é garantir uma impossibilidade de reconciliação de nosso passado com ele mesmo, de nosso presente com nosso passado e de nosso presente com nosso próprio tempo. Assumir o legado dessa fratura do passado nos torna mais aptos a lidar com as fraturas de nosso tempo sem tantas contemporizações e acomodações ao mal que nos foi e segue nos sendo feito (PUCHEU, 2021, p. 9).

O ato de registrar e testemunhar se revela como uma resistência ao processo desumanizador, porque se coloca na contramão da precarização da vida, uma vez que o sujeito que atravessa situações como as expostas nos poemas não deveria ou poderia escrever sobre essa experiência. A ação de registrar, de “passar para o papel”, escrevendo, demonstra a luta e a resistência às estratégias de violência psíquica do regime militar.

Por outro lado, o testemunho literário, de caráter memorialístico, como o de Alex Polari, contribui para que não deixemos esses traços cruéis da história

brasileira caírem no esquecimento. Nos versos de Polari, o trabalho da memória se evidencia naquilo que revela as inscrições mais profundas no sujeito e na sociedade: “Algumas marcas desaparecem / outras ficam por uns tempos / aquele gosto / aquele cheiro / aqueles gritos / estes permanecem / calados lá dentro / colados numa memória essencial / sem intervalos possíveis, / vale dizer, definitivos” (POLARI, 1978, p. 13). Ao debater sobre a coletânea intitulada *Poems from Guantánamo*, Judith Butler afirma: “As palavras são gravadas em copos, escritas em papel e registradas em uma superfície, em um esforço de deixar uma marca, um vestígio de um ser vivo – um sinal formado por um corpo, um sinal que carrega a vida do corpo”. E acrescenta: “E mesmo quando o corpo não sobrevive, as palavras sobrevivem para dizê-lo” (BUTLER, 2020, p. 94). A poesia e a literatura de testemunho, portanto, colaboram com a preservação e a transmissão de uma memória individual e coletiva do que foram os anos de chumbo, a fim de evitarmos um retrocesso nos campos políticos, ideológicos e sociais em tempos supostamente democráticos, isto é, para que eventos semelhantes não se repitam.

Referências

- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie (org); CHAUI-BERLINCK, Luciana (org). *Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. v. 5.
- FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. Nos Porões da Ditadura: Psicanálise da tortura aos presos políticos no Brasil pós-64. *Projeto História*, São Paulo, n. 38, p. 57-78, jun. 2009.
- GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Revista Conexão Letras*, [S. l.], v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/articula/view/55604>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.
- POLARI, Alex. *Camarim de prisioneiro*. São Paulo: Global, 1980.
- POLARI, Alex. *Inventário de cicatrizes*. Rio de Janeiro: Teatro Ruth Escobar e Comitê Brasileiro Pela Anistia, 1978.
- PUCHEU, Alberto (Org.). *Poemas para exumar a história viva: um espectro ronda o Brasil*. São Paulo: Editora Cult, 2021.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 423-462.
- SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André do Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, 2012.
- SALGUEIRO, Wilberth. Tortura sob deboche: uma questão de riso ou morte (análise de “Trilogia macabra”, de Alex Polari). In: *Congresso Internacional da ABRALIC*, 12, 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: Abralic, 2011, v. 1, p. 1-10.
- SALGUEIRO, Wilberth. Trauma e resistência na poesia de testemunho do Brasil contemporâneo. *MOARA*, v. 44, p. 120-139, 2015.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 45-58.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.